

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 318**

**A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL:  
AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA E A SOCIEDADE**

**Fausto Brito**

**Setembro de 2007**

Ficha catalográfica

304.62981 B862t 2007	<p>Brito, Fausto.</p> <p>A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade / Fausto Brito. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.</p> <p>28p. (Texto para discussão ; 318)</p> <p>1. Transição demográfica. 2. Brasil - População I. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II. Título. III. Série.</p> <p>CDD</p>
----------------------------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS  
PARA A ECONOMIA E A SOCIEDADE\***

**Fausto Brito**

Professor associado e pesquisador do Cedeplar  
fbrito@cedeplar.ufmg.br

**CEDEPLAR/FACE/UFMG  
BELO HORIZONTE  
2007**

---

\* Este texto é uma versão modificada de um capítulo do relatório do CEDEPLAR *A Transição Demográfica e as Políticas Públicas no Brasil*, coordenado por Fausto Brito e que teve a participação de CARVALHO, J. A. M.; BAENNINGER, R.; TURRA, C. M. e LANZA, B, apresentado ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Governo Federal. O capítulo é de autoria de Fausto Brito. O autor agradece a leitura e as sugestões do seu colega José Alberto M. de Carvalho, contudo as idéias contidas nesse texto são de inteira responsabilidade do autor. Agradeço, também, a colaboração do aluno de pós-graduação em Demografia, Marden Barbosa de Campos. Este Texto para a Discussão não poderia ser realizado sem a colaboração de Camila do Couto Seixas, bolsista de iniciação científica, na organização e elaboração dos dados.

## RESUMO

Entre 1940 e 2000, a população brasileira teve um acréscimo de 129 milhões de habitantes, uma média de 21,5 milhões por década. Na primeira metade do século XXI, estima-se um acréscimo de 90 milhões, em média, 2,5 vezes a população da Argentina em 2005. Ou seja, 18 milhões de habitantes por década. Menos que no século anterior, mas grandezas ainda consideráveis. Esta é a primeira grande questão demográfica a ser analisada neste artigo, do ponto de vista das suas conseqüências para a formulação de políticas públicas. A segunda é a redução da taxa de fecundidade e não só o seu impacto no crescimento da população, mas também na estrutura etária. Do ponto de vista da transição da estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados: redução do peso relativo da população jovem; aumento do grau de envelhecimento da população, ou seja, da proporção de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais; e o crescimento da população em idade ativa até 2050. Pode-se compreender que o conjunto de políticas públicas que são condicionados pela estrutura etária da população, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, deve levar em conta as mudanças demográficas. Caso contrário, reduzirá sua eficiência e se afastará dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com redução das desigualdades sociais.

*Palavras-chave:* crescimento populacional; redução da taxa de fecundidade; estrutura etária; políticas públicas; Brasil.

## ABSTRACT

Between 1940 and 2000, 129 million inhabitants were added to the Brazilian population, an average of 21,5 million per decade. In the first half of XXI century, estimatives suggest, on average, an addition of 90 million inhabitants to the Brazilian population, 2,5 times the population of Argentina in 2005, 18 million inhabitants per decade. Less than in the previous century, but still a considerable population. This is the first demographic question to be analyzed in this article, from the perspective of its consequences for the public policies design. The second is the reduction of the fertility and not only its impact in the growth of the population, but also in the age structure. From the perspective of the transition of the age structure, three phenomena must be considered: reduction of the relative weight of the young population; increase of the degree of population aging, the ratio of people with sixty and five years of age or more; and the growth of the working-age population until 2050. The set of public policies that are conditioned by the age structure of the population, for example, the policies in the field of education, health, labor market and social security, must take into account the demographic changes. Otherwise, its efficiency will be reduced and it will not fulfill its main goal: economic development with reduction of the social inequalities.

*Key-words:* population growth; decline in fertility; age structure; public policies; Brazil.

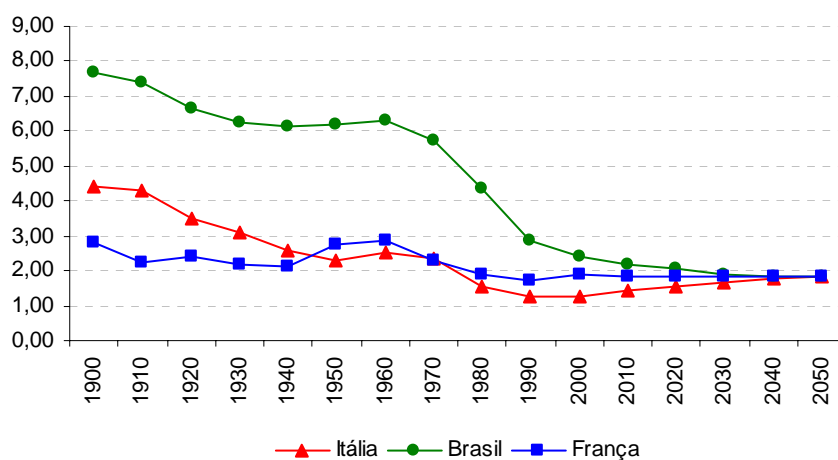
*JEL:* J11, J18

O notável crescimento da população brasileira na segunda metade do século passado, e que ainda se prolongará nesta primeira metade do século XXI, mostra com clareza duas fases da transição demográfica. A primeira, com um acelerado crescimento demográfico em função do declínio da mortalidade e da manutenção da fecundidade em um patamar extremamente alto, até a segunda metade dos anos sessenta. A segunda fase, imediatamente posterior, quando a fecundidade começa, também, a declinar e o ritmo de crescimento da população inicia a sua desaceleração.

A transição demográfica no Brasil tem sido muito mais acelerada do que nos países desenvolvidos, não se diferenciando, entretanto, do que vem passando outros países latino-americanos e asiáticos. Um bom indicador tem sido o rápido declínio da fecundidade. Comparando o Brasil com a França e a Itália, observa-se um expressivo diferencial nas respectivas taxas de fecundidade total, já no início do século passado, e que, nos dois países europeus, tiveram um declínio muito mais suave nos cem anos seguintes, sendo que a suas transições demográficas já tinham se iniciado no século anterior (GRAF. 1).

Durante o século passado, a fecundidade na Itália passou de 4,4 filhos, em média, por mulher em idade reprodutiva para 1,2, enquanto na França, de 2,8 para 1,9, uma queda de 2,2 e 0,9, respectivamente. Uma mudança bem menos expressiva do que a brasileira, onde, somente entre 1960 e 2000 a taxa de fecundidade caiu de 6,2 para 2,4, uma redução, em média, de quatro filhos.

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de Fecundidade Total, Brasil, França e Itália, 1900-2050**



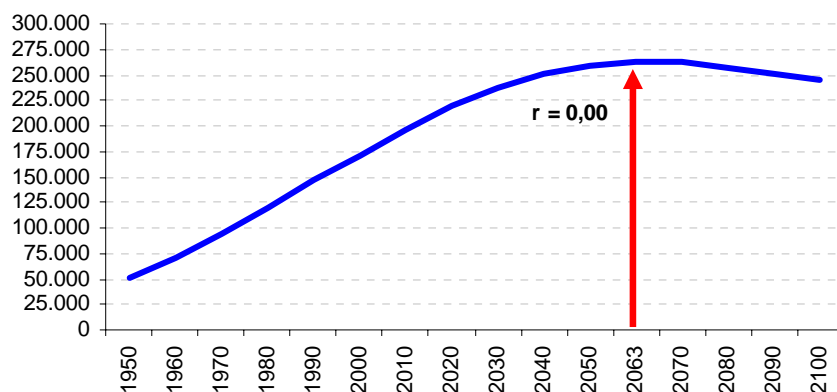
Fonte: ONU, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision; BACCI, 1999, p.137 e 167; FIBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Resultados recentes levaram a uma revisão, para baixo, das estimativas de fecundidade, pois a PNAD de 2004 indicou uma TFT de 2,1, ou seja, no nível de reposição da população. O horizonte da fecundidade futura para o IBGE, considerando a TFT de 2030 como tendência, passou de 1,92 para 1,59 (IBGE, 2006).

As projeções que serão utilizadas neste artigo, usando a fonte oficial, o IBGE, podem ser consideradas conservadoras, pois não foram ainda revistas. Segundo elas, a fecundidade de 2,1, seria

alcançada entre 2010 e 2015 e a população brasileira chegaria à situação estacionária em torno de 2063, quando começaria a diminuir em termos absolutos (GRAF. 2). Tudo indica que o Brasil alcançará uma taxa de crescimento zero entre 2045 e 2055.

**GRÁFICO 2**  
**População total, Brasil, 1950-2050 (por mil)**

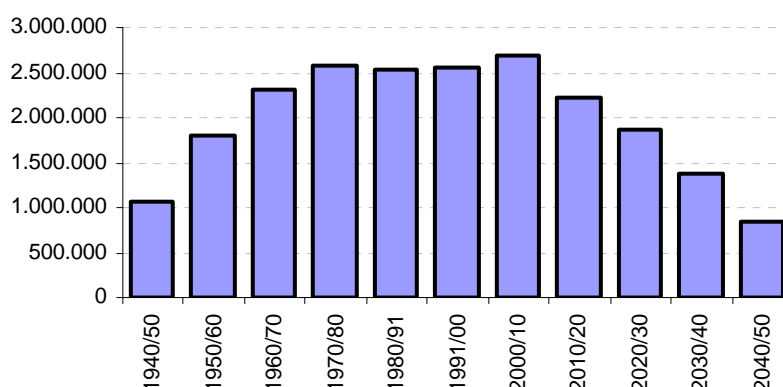


Fonte: IBGE, 1990, p.33; IBGE, 2006, p.34-36; IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Entretanto, apesar da notável redução da fecundidade, entre 1940 e 2000, a população brasileira teve um acréscimo de 129 milhões de habitantes (GRAF. 3). Não resta dúvida que são grandezas consideráveis, podendo despertar, nos mais desavisados, a velha expectativa de uma “explosão demográfica”. Certamente, a população brasileira seria substancialmente maior do que a de hoje, não fosse a queda acentuada da fecundidade.

Não obstante, ainda devemos esperar um crescimento expressivo da população brasileira nas próximas décadas, em razão dos efeitos da fecundidade passada sobre a estrutura etária da população. A estrutura etária atual é marcada por uma grande proporção de mulheres em idade reprodutiva, o que favorece o crescimento populacional, a despeito dos baixos níveis de fecundidade atualmente prevalentes (WONG; CARVALHO, 2006). As projeções indicam para 2050 que o tamanho da população brasileira será de 253 milhões de habitantes, a quinta maior população do planeta, abaixo apenas da Índia, China, EUA e Indonésia.

**GRÁFICO 3**  
**Incremento médio anual da população total, Brasil, 1940-2050**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

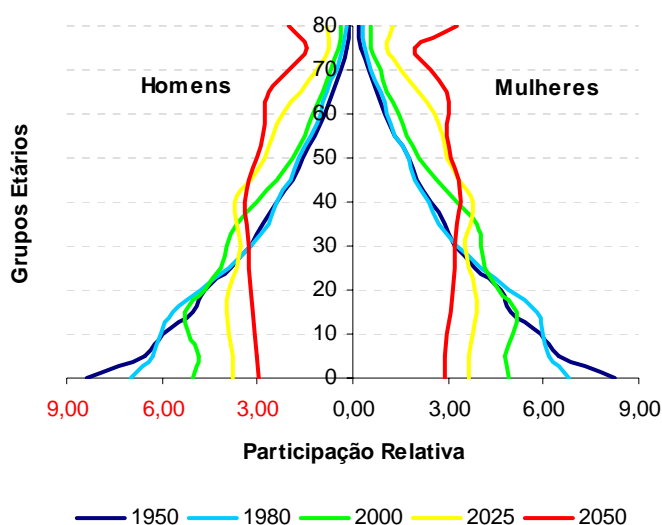
Haveria, então, um acréscimo de 90 milhões de habitantes à população brasileira nessa primeira metade do século XXI. O equivalente a 2,5 vezes a população da Argentina em 2005. Ou seja, 18 milhões de habitantes por década, em média. Da década de setenta do século passado até a atual, que se encerrará em 2010, a população brasileira ainda está inserida dentro do seu grande ciclo de crescimento absoluto, com acréscimos médios anuais superiores a 2,5 milhões de habitantes, na presente década. Como mostra o GRAF. 3, na próxima década, esses acréscimos ainda serão superiores a dois milhões.

No entanto, como previsto, as taxas de crescimento vêm se reduzindo neste mesmo período, e espera-se que, na última década dessa primeira metade de século, ou seja, entre 2040 e 2050, a taxa seja menor do que 0,5% ao ano e, na década seguinte, em torno de zero, segundo as estimativas do IBGE. Entre 2005, quando a taxa de fecundidade total brasileira atingiu 2.1 filhos por mulher – nível necessário e suficiente para se alcançar um crescimento demográfico sustentado nulo – e o crescimento verdadeiramente nulo da população brasileira, serão necessários pelo menos 40 anos.

Estes resultados nos remetem a uma primeira grande questão a ser considerada na formulação de políticas. As mudanças demográficas levam décadas para serem processadas, ainda que possam ser previstas com margens pequenas de erro. A princípio, isso coloca problemas diante da perspectiva temporal dos formuladores de políticas públicas, que normalmente planejam considerando um período muito inferior. Os demógrafos costumam considerar meio século curto prazo, mas, do ponto de vista da formulação de políticas meio século é uma eternidade. Há de se mudar as atitudes, tanto dos demógrafos, quanto dos formuladores de políticas, considerando como relevantes as visões de curto, médio e longo prazo. Caso contrário corre-se o risco de não se aproveitar as oportunidades geradas e não se preparar para enfrentar os desafios gerados pela nova dinâmica demográfica do País.

As modificações na estrutura etária do Brasil têm sido notáveis, indicando uma aceleração em direção a um maior envelhecimento da população. As pirâmides etárias, entre 1950 e 2050, mostram, no século XXI, cada vez mais, a sua passagem de uma forma típica de um país com forte predominância de sua população jovem, para um novo formato, semelhante ao dos países hoje desenvolvidos, onde a proporção de idosos tende a superar a dos jovens (GRAF. 4).

**GRÁFICO 4**  
**Pirâmides etárias, Brasil, 1950-2050**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Essas transformações nas estruturas etárias podem ser resumidas através de alguns indicadores. A proporção de jovens, 42% da população total em 1950, passa para 30% em 2000 e, estima-se, atingirá 18% em 2050 (GRAF. 4). Ao contrário, os idosos (65 anos e mais) aumentam a sua participação relativa, no mesmo período, de 2,4% para 19%. Os idosos terão, durante os cem anos referidos, um acréscimo superior a 16 pontos percentuais e os jovens, um decréscimo de 24 pontos percentuais nas suas respectivas participações relativas no total da população. Como consequência desse expressivo envelhecimento da população, a idade mediana deverá subir cerca de vinte e um anos entre 1950 e 2050, quando a metade da população brasileira deverá ter mais de quarenta anos. Esse acréscimo substancial da idade mediana será uma consequência, principalmente, do grande declínio da fecundidade, e, também, do aumento da longevidade da população, observado no expressivo ganho na esperança de vida ao nascer do brasileiro. Estima-se que ela deverá ser superior a 81 anos em 2050, enquanto, em 1950, era apenas 46 anos.

Em termos absolutos os idosos, em 1940, eram menos que um milhão de pessoas, em 2000 chegaram a 9,3 milhões e, ao que tudo indica, alcançarão, em 2050, 49 milhões (TAB. 1). O número de jovens atingirá, em 2010, seu tamanho máximo, 53 milhões, começando, a partir de então, a diminuir em termos absolutos. Em 2050 serão, aproximadamente, 46 milhões, pouco maior que o seu tamanho em 1980. A população em idade ativa continuará crescendo até 2050, quando deverá alcançar 165 milhões de pessoas. Deve ser sublinhado que os acréscimos absolutos da PIA serão decrescentes no século XXI, tornando-se praticamente nulo no final do período em análise.



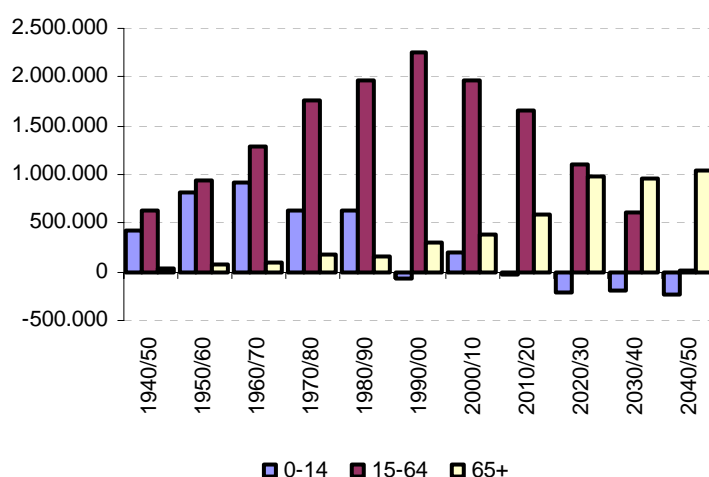
**TABELA 1**  
**População Total, Segundo Grandes Grupos Etários, Brasil, 1940-2050**

Período	Grupos Etários			Total
	0-14	15-64	65+	
1940	17.523.641	22.661.809	979.839	41.165.289
1950	21.670.246	29.008.161	1.263.360	51.941.767
1960	29.854.870	38.300.582	1.915.005	70.070.457
1970	39.130.433	51.083.523	2.925.081	93.139.037
1980	45.460.763	68.771.511	4.770.432	119.002.706
1990	51.789.936	88.410.746	6.391.897	146.592.579
2000	51.002.937	110.951.338	9.325.607	171.279.882
2010	53.020.931	130.619.449	13.193.706	196.834.086
2020	52.712.184	147.240.806	19.124.739	219.077.729
2030	50.553.835	158.329.914	28.853.927	237.737.676
2040	48.611.317	164.365.651	38.441.038	251.418.006
2050	46.324.365	164.546.946	48.898.653	259.769.964

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Essas mudanças dos grandes grupos etários, em termos absolutos, podem ser ainda melhor compreendidas pela análise do seu crescimento médio anual (GRAF. 5). O maior incremento anual da PIA se deu na década passada, entre 1990 e 2000, decrescendo em seguida. Os jovens tiveram o seu maior incremento absoluto na década de sessenta, declinando posteriormente, com tendência a variações negativas entre 2010 e 2050. O número de idosos, desde 1990, está crescendo mais do que o dos jovens e, a partir de 2030, será o grupo etário que mais crescerá em termos absolutos.

**GRÁFICO 5**  
**Incremento médio anual da população, segundo os grandes grupos etários, Brasil, 1940-2050**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Devem ser sublinhadas as conseqüências decisivas das mudanças na estrutura etária para a sociedade e a economia. Uma sociedade onde predominavam os jovens, fecundidade alta e famílias grandes, uma idade mediana baixa e a esperança de vida menor do que sessenta anos é muito diferente daquela que se estrutura a partir do acelerado e generalizado declínio da fecundidade. A transição demográfica no Brasil, como foi visto, ao contrário daquela dos países mais desenvolvidos, tem sido rápida e generalizada e a sociedade brasileira, sem dúvida, já está sentindo o seu impacto. Cresce rapidamente o peso relativo dos idosos, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado velozmente e a população em idade ativa ainda permanecerá crescendo nas próximas décadas. As bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas fundamentais.

Do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados como decisivos para a formulação das políticas públicas no Brasil: a redução do peso relativo da população jovem, o aumento da população de idosos na população (envelhecimento populacional) e o aumento na proporção da população em idade ativa (PIA) até 2030 e de seu volume até 2050. As políticas públicas que se referem, em particular, a segmentos da estrutura etária, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na estrutura etária. Caso isto não aconteça, a eficiência destas políticas ficará comprometida, assim como a consecução dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com justiça social.

Como no caso das mudanças no tamanho da população, um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. Em outras palavras, estados e regiões, ou grupos sociais, se situam em momentos e fases diferentes da transição demográfica (TAB. 2).

Considerando as regiões e estados, os casos extremos são o Norte e o Nordeste Setentrional, mais atrasados nos seus respectivos momentos da transição demográfica, com níveis de fecundidade e, conseqüentemente, estruturas etárias diferentes daquelas do Rio de Janeiro, São Paulo e Extremo Sul, estados e região mais avançados na transição demográfica.

Como essas regiões ou estados são abertos, isto é, sujeitos à migração, a estrutura etária das suas respectivas populações depende, não só do comportamento da fecundidade, mas de suas histórias migratórias. O declínio rápido da fecundidade leva, necessariamente, a uma menor proporção de jovens e a uma maior proporção de idosos, isto é, a populações mais envelhecidas. Contudo, nos estados ou regiões que recebem muitos imigrantes, sendo esses fundamentalmente jovens ou em idade ativa, a proporção de idosos tende a ser menor. Por outro lado, nas unidades de federação com forte emigração, a perda de população em idade ativa tende a aumentar a proporção de idosos ainda mais (WONG; CARVALHO, 2006). Enfim, os efeitos combinados do maior ou menor declínio da fecundidade com aquele causado por fortes fluxos imigratórios ou emigratórios explicam a proporção de idosos nos estados ou regiões.

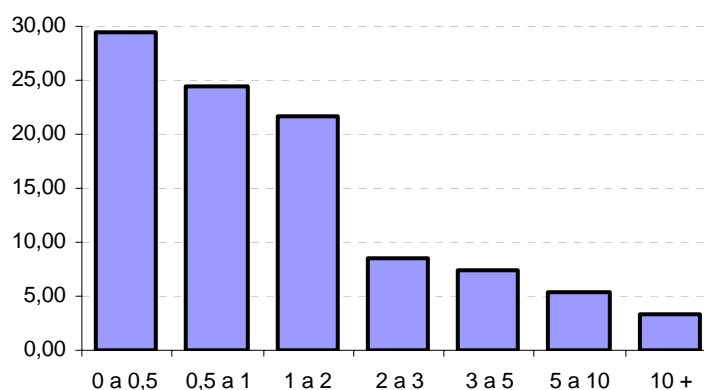
**TABELA 2**  
**Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo regiões e alguns estados,**  
**Brasil, 2000**

Regiões e alguns estados	Grupos etários			Índice de Idosos
	0-14	15-64	65+	
Norte	37,28	59,08	3,64	9,76
NE Setentrional	36,06	58,80	5,14	14,26
NE Central	32,44	61,38	6,18	19,06
NE Meridional	32,20	62,13	5,67	17,61
Minas Gerais	28,38	65,42	6,19	21,82
Espírito Santo	28,70	65,77	5,53	19,26
Rio de Janeiro	25,15	67,40	7,44	29,60
São Paulo	26,31	67,58	6,11	23,22
Paraná	28,73	65,65	5,63	19,59
Extremo Sul	26,79	66,65	6,56	24,50
Centro Oeste	29,93	65,82	4,25	14,21
Brasil	29,78	64,78	5,44	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais. O grau de desigualdade social no Brasil é reconhecidamente alto. O Censo de 2000 confirma esse fenômeno. Quase 30% da população brasileira tinha uma renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo. Mais da metade da população, 54%, se encontrava em famílias com renda *per capita* menor do que um salário mínimo. Aqueles com uma renda familiar *per capita* de mais de dez salários mínimos correspondiam a pouco mais de 3% da população brasileira (GRAF. 6).

**GRÁFICO 6**  
**Distribuição relativa da população, por renda familiar *per capita* em salários mínimos,**  
**Brasil, 2000 (%)**

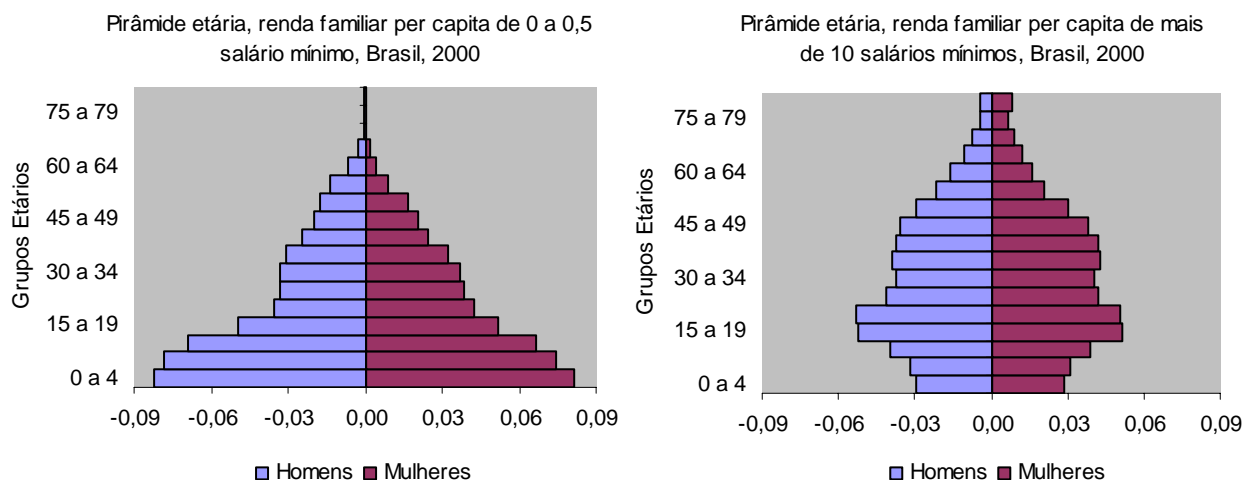


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, as estruturas etárias dos diversos grupos sociais da população brasileira, segundo os níveis de renda familiar *per capita*, eram muito distintas. A pirâmide do subgrupo mais pobre era muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a pirâmide do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa (GRAF. 7).

**GRÁFICO 7**

**Pirâmides etárias dos grupos extremos, por faixa de renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000 (%)**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

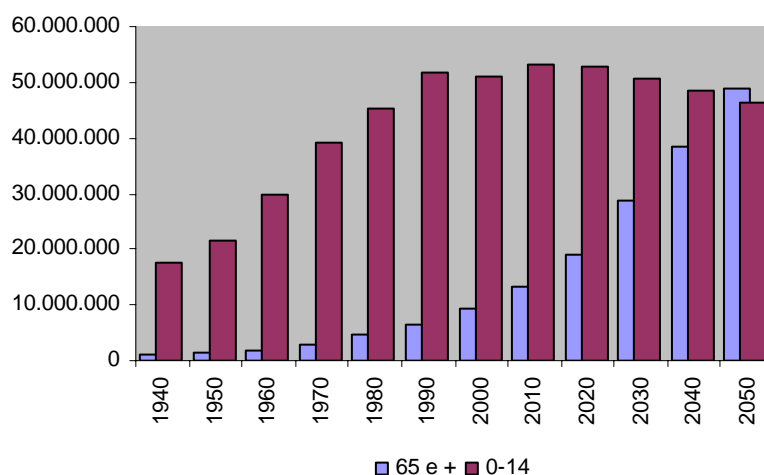
Essas diferenças na estrutura etária são conseqüências de níveis e padrões de fecundidade distintos para os diferentes grupos sociais, assim como da mobilidade social. Em síntese, como a transição demográfica ocorre de maneira desigual segundo regiões e grupos socioeconômicos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento brasileiro, convive-se, dentro da mesma sociedade, com problemas decorrentes de estágios atrasados e avançados da transição demográfica.

### **Transição da estrutura etária e políticas públicas**

O peso relativo da população jovem, aquela abaixo de 15 anos, tem diminuído, contudo essa redução poderia ser ainda maior se não tivesse ocorrido queda significativa da mortalidade infantil. Entre 1970 e 2000, a mortalidade infantil passou de 115 para 30 crianças que morriam antes de completar um ano de idade, para cada 1000 nascidas vivas. De qualquer forma, o maior peso da redução da população infantil e jovem deve-se ao declínio acelerado das taxas de fecundidade nos últimos anos.

A queda na proporção de jovens acontece em ritmo mais acelerado do que o aumento da proporção dos idosos, pois a substituição de jovens por idosos é mediatizada pelo crescimento da população adulta. A visão exclusiva do decréscimo proporcional dos jovens pode obscurecer a compreensão da sua importância em termos absolutos, fundamental para a definição das políticas públicas. Em 2010, a população jovem alcançará o seu maior volume, 53 milhões. No entanto, pode-se afirmar que a população jovem brasileira permanecerá praticamente constante entre 1990 e 2030, oscilando em torno de valores ligeiramente superiores a 50 milhões de indivíduos (GRAF. 8).

**GRÁFICO 8**  
**População total jovem e idosa, Brasil, 1940-2050**



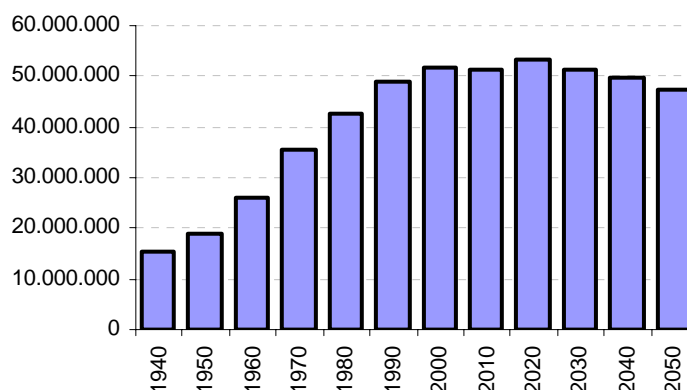
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

No caso da educação, a redução do crescimento da demanda e, em certos períodos, a própria diminuição do tamanho da população-meta, em muito favorecerão a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, tornam menos onerosa a ampliação do tempo durante o qual os jovens deverão estar inseridos no sistema escolar, assim como reduzem os custos de implementação da escola em tempo integral.

Atualmente, há um consenso quanto a necessidade de políticas que garantam a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. O ensino fundamental, exclusivamente, em nada garante a inclusão social via mercado de trabalho, cujos requisitos para a entrada cada vez se tornam mais rigorosos. O ensino médio assume uma importância fundamental, principalmente o profissionalizante.

O grupo etário que constituiria essa demanda potencial para o ensino fundamental e médio, ou seja, a população entre cinco e dezenove anos, ainda crescerá, lentamente, até 2020, quando alcançará seu tamanho máximo, cerca de 53,5 milhões de pessoas (GRAF. 9). O atendimento ao ensino médio passa a ser o grande gargalo da educação brasileira, não somente pela pressão demográfica, mas, também, pelo aumento significativo da população que completa o ensino fundamental e deseja continuar os estudos. O ensino médio vai enfrentar, dessa forma, dois grandes desafios: atender a toda a demanda e aumentar a sua qualidade.

**GRÁFICO 9**  
**Grupo etário de 5 a 19 anos, Brasil, 1940-2050**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Não se deve deixar de observar que esse fenômeno demográfico, incrementos menores ou negativos do grupo etário pertinente, apesar do tamanho ainda expressivo do estoque da população-alvo, significa, realmente, um alívio no aumento da pressão sobre a oferta de serviços educacionais, o que deve ser aproveitado, como um benefício, pelas políticas públicas. No entanto, não se trata de se eleger uma nova panacéia, onde as condições da estrutura etária garantiriam o êxito das políticas sociais. A situação demográfica favorável, por si só, pouco significará, se não for aproveitada pelas políticas públicas com a racionalidade econômica e social indispensáveis (BRITO; CARVALHO, 2006).

Na formulação das políticas públicas é importante considerar a distribuição dos jovens segundo o nível de renda per capita de sua família. Segundo o Censo de 2000, a população jovem estava concentrada entre os mais pobres: 42% dela pertencia às famílias com menos de meio salário mínimo de renda familiar per capita. Em termos absolutos, cerca de 20 milhões de pessoas (TAB. 3). Acrescentando os jovens pertencentes às famílias entre meio e um salário mínimo *per capita*, a proporção passava para 67%, aproximadamente, correspondendo a 32 milhões de jovens. Apenas cinco por cento dos jovens faziam parte de famílias com mais de cinco salários mínimos de renda per capita.

**TABELA 3**  
**Estrutura etária e Índice de Idosos, segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000**

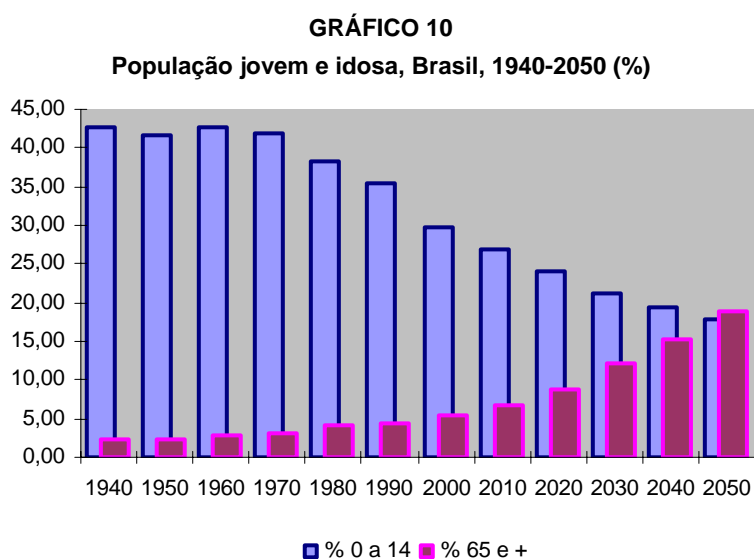
Renda Familiar Per Capita (em salários mínimos)	Grupos Etários			Total
	0-14 anos	15-64 anos	65 anos e +	
0 a 0,5	20.001.063	26.237.163	1.558.335	47.796.561
0,5 a 1	11.762.444	24.727.709	3.056.084	39.546.237
1 a 2	8.398.047	24.491.006	2.163.681	35.052.734
2 a 3	2.699.334	10.258.969	944.027	13.902.330
3 a 5	2.175.514	8.889.862	858.608	11.923.983
5 a 10	1.429.631	6.557.109	685.476	8.672.215
10 +	693.835	4.115.649	577.604	5.387.087
<b>Total</b>	<b>47.159.867</b>	<b>105.277.466</b>	<b>9.843.814</b>	<b>162.281.147</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Se os jovens devem ser objeto fundamental das políticas públicas, com maior razão devem ser os jovens pobres. São eles que entrarão, em breve, na população em idade ativa e serão os idosos no futuro. Caso não haja políticas que permitam a mobilidade social desses jovens pobres, o Brasil estará reproduzindo a pobreza. Com o objetivo de justiça social, e levando em conta as relações intergeracionais, os 20 milhões de jovens pobres devem constituir a população-alvo prioritária das políticas públicas. Eles serão de 22 milhões em 2010. Caso isso não aconteça, o declínio desigual da fecundidade poderá levar, paradoxalmente a uma maior desigualdade.

Se os benefícios demográficos, via redução da pressão da demanda, são acentuados entre os jovens, o mesmo não se pode dizer em relação aos idosos. Como têm tido uma velocidade no seu incremento absoluto maior do que a população, no seu conjunto, a sua participação relativa tem aumentado. Associe-se a esse fenômeno do envelhecimento da população, o aumento da sua longevidade, bem traduzida pelos ganhos na esperança de vida ao nascer.

O envelhecimento da população, ou seja, o aumento da proporção de pessoas com sessenta e cinco anos de idade ou mais, é uma característica marcante da transição da estrutura etária no Brasil. Essa proporção era de 2,4% em 1940, correspondendo a menos de 1 milhão de pessoas, e deve atingir 7,0% em 2010, pouco mais de 13 milhões. Em 2050, deve chegar a 19,0%, cerca de 49 milhões de idosos na população quando o número de idosos deve superar o de jovens (GRAF. 10).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

Durante a primeira década deste século, a população idosa aumentará, em média, em 387mil pessoas por ano. Entre 2040 e 2050, estima-se que esse aumento corresponderá a mais de um milhão de indivíduos por ano. As consequências para as políticas públicas deste grande incremento da população idosa serão enormes.

Além do envelhecimento da população, deve ser considerado, também, o aumento da sua longevidade, traduzido pelo aumento na esperança de vida ao nascer. Como consequência, crescentes proporções de recém nascidos atingem as idades avançadas. Mais de 80% dos nascidos em 2000

deverão chegar aos 65 anos de idade. Esse percentual tende a aumentar cada vez mais. Trata-se de uma informação decisiva para as políticas referentes aos idosos, pois, com o aumento da esperança de vida, maior será o tempo de participação dos idosos nos programas de seguridade social (TURRA; QUEIROZ, 2005).

Em 2050, a população idosa será cerca de 3,7 vezes maior do que a de 2000. Há de se redefinir todas as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, em face de seu vertiginoso aumento nas próximas décadas, tanto em termos absolutos, quanto como proporção da população total. A título de exemplo, tome-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), definido na própria constituição do País (CEDEPLAR/MDS, 2006). É razoável esperar que o volume de recursos a serem dispensados nesse programa de transferência de renda varie em proporção muito semelhante àquela da população idosa. Por se tratar de transferências puras, o BPC não envolve contrapartida por parte dos beneficiários, mas, sim, recursos orçamentários resultantes da política fiscal. As políticas de transferência devem ser equacionadas levando em conta as despesas orçamentárias necessárias. Por outro lado, todo o nosso sistema de previdência social, no qual, em princípio, há a contrapartida da parte dos futuros beneficiários, não está adequado à nova situação demográfica do País. Deve ser lembrado que, quando os países desenvolvidos estavam na fase atual da transição demográfica brasileira, não só tinham uma economia com o crescimento sustentado, como, também, um Estado do Bem-Estar Social consolidado.

Há uma questão fundamental para as políticas públicas. Segundo o Censo de 2000, 16% da população idosa tinha uma renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, ou seja, uma situação inequívoca de pobreza. Até um salário mínimo, tinha-se 47%, aproximadamente 4,6 milhões de idosos, quase a metade da população idosa. Boa parte dessa parcela da população tem sido objeto de políticas de transferência de renda, como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Há uma relação positiva entre a proporção de idosos e o nível de renda. Ela aumenta, certamente, devido a uma maior longevidade e menor fecundidade dos grupos economicamente mais favorecidos da população. Os idosos com mais de 10 salários mínimos de renda per capita familiar representam 11% da população total desse grupo. Proporção expressiva, mesmo que em termos absolutos signifique apenas 6% do total dos idosos (TAB. 3).

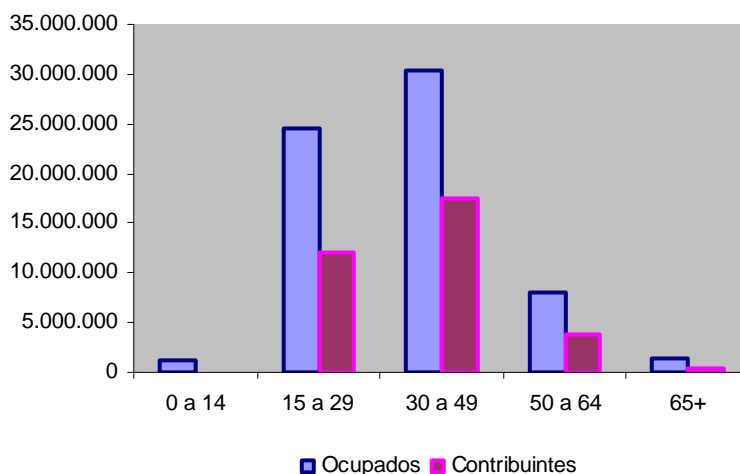
O processo de envelhecimento, que se tornará mais acelerado nas próximas décadas, coloca desafios dramáticos para a sociedade brasileira, que devem ser levados em conta, urgentemente, pelas políticas públicas. A situação social de parte da população idosa do Brasil será insustentável no futuro, se continuar a depender, como agora, de transferências maciças de renda originárias do orçamento. A não ser que se faça uma reforma fiscal com o objetivo explícito de assegurar os programas de transferência.

A previdência social apresenta, também, uma equação intergeracional de difícil solução, pois como a grande maioria da PIA não contribui, o crescimento mais acelerado da população idosa do que a dos contribuintes tem gerado graves problemas para o seu financiamento. Porém, a situação demográfica é favorável, temos um número de contribuintes potenciais, em 2010, quase 10 vezes maior do que os idosos. Em 2050 a situação será menos favorável, os contribuintes potenciais serão 3,4 vezes maior.



O Censo de 2000 mostra uma relação entre população ocupada e população contribuinte muito desfavorável à política previdenciária. Praticamente, a metade dos ocupados não contribui para a previdência (GRAF. 11).

**GRÁFICO 11**  
**População ocupada e contribuinte, Brasil, 2000**



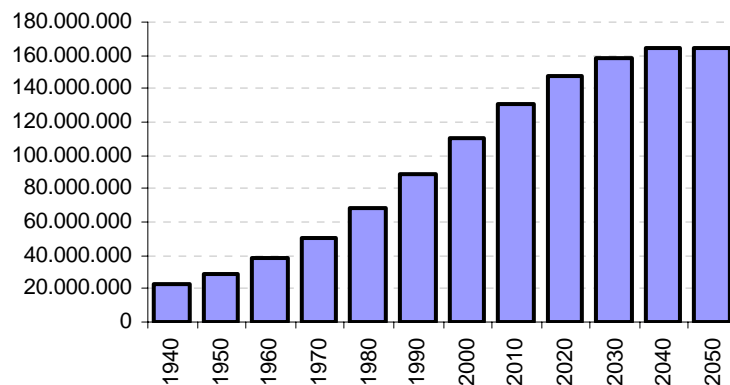
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Tanto do ponto de vista da questão da saúde, quanto da previdência e dos programas de transferência, o cenário para a definição de políticas não pode deixar de levar em conta quem serão os idosos, do ponto de vista da sua renda no futuro e quais as possibilidades, via crescimento a economia, principalmente, de gerar mais emprego e ocupações, e aumentar o número de contribuintes. Foi mencionado que as políticas públicas referentes aos jovens pobres devem ser objetivo prioritário do Estado. Caso elas não ocorram agora, comprometerão a situação previdenciária no médio prazo, pois, provavelmente, serão trabalhadores não contribuintes e, no longo prazo, dependentes de programas de transferência de renda.

No caso do Brasil, é necessário repensar o sistema de saúde face ao novo perfil epidemiológico emergente com as mudanças na estrutura etária, assim como equacionar o sistema de previdência social, sem que o País tenha alcançado os primeiros degraus de um Estado do Bem-Estar Social. Observe-se que, apesar das implicações demográficas sobre o sistema previdenciário, elas ainda estão distantes, como na situação atual dos países desenvolvidos, de serem as principais causas da atual crise.

No processo de transição demográfica não só se reduz o peso relativo da população jovem e aumenta o dos idosos, mas, também, cresce a população em idade ativa ou a PIA. Entre 1950 e 2000 foram acrescentados 88 milhões de pessoas ao seu contingente populacional. Entre 2000 e 2050 ainda deverão ser somados a ela cerca de 54 milhões de pessoas (GRAF. 12).

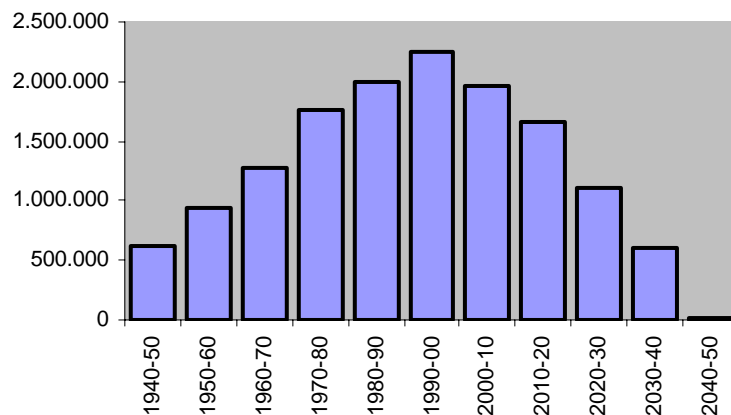
**GRÁFICO 12**  
**População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O maior incremento médio anual da PIA deu-se na década passada, isto é, entre 1990 e 2000 (GRAF. 13). Nas décadas futuras, o aumento do tamanho da PIA declinará, todavia, assim como a população total, seus incrementos ainda serão muito expressivos até 2020, acima de 1,5 milhão por ano. Somente na última década analisada, 2040-2050, o crescimento da PIA ficará próximo de zero.

**GRÁFICO 13**  
**Incremento médio anual da População em Idade Ativa, Brasil, 1940-2050**



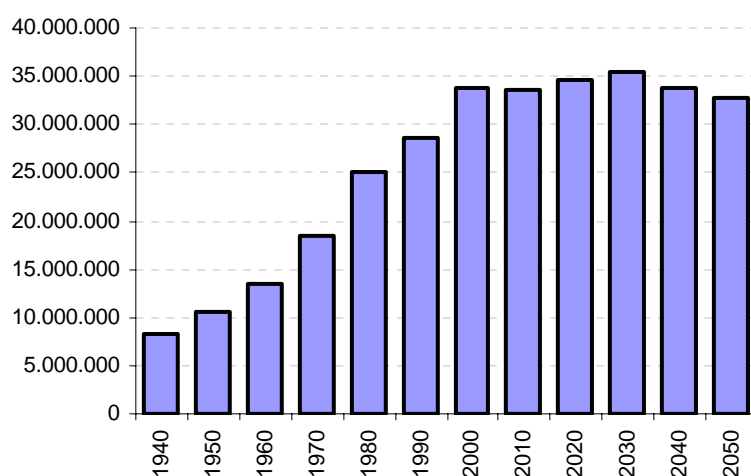
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O Brasil está distante da realidade dos países desenvolvidos que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, necessitam de suprir parte das suas necessidades de mão-de-obra através da migração internacional. Pelo contrário, desde 1980, ele passou a transferir população para nutrir o mercado de trabalho dos países mais desenvolvidos. Mas, essa emigração internacional é, relativamente, pouco expressiva, insuficiente para reduzir a pressão sobre a oferta de empregos. O passivo demográfico, determinado pelo longo período de fecundidade alta, ainda vai incorporar à PIA cerca de 54 milhões

de pessoas. Entretanto, a transição demográfica já trouxe benefícios reduzindo o peso dos acréscimos decenais da PIA, principalmente dos seus grupos mais jovens.

Considerando a população de 15 a 24 anos como aquela que potencialmente poderia se incorporar ao mercado de trabalho no decênio, o seu tamanho absoluto ainda se manterá extremamente alto, sendo que os seus dois maiores tamanhos ocorreram nas duas próximas décadas (GRAF. 14). Do ponto de vista demográfico, não haverá folga para a capacidade da economia gerar emprego, pelo contrário, entre 2000 e 2050 o grupo entre 15 e 24 anos deverá ficar no intervalo de 30 a 35 milhões jovens.

**GRÁFICO 14**  
**População de 15 a 24 anos, Brasil, 1940-2050**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A população em idade ativa segundo os seus grupos quinquenais, pode ser analisada segundo a evolução da sua composição etária (TAB. 4). A PIA com menos de 39 anos terá seu peso relativo diminuído em todos os grupos quinquenais componentes, compensado pelo aumento da participação relativa da PIA mais velha, dentro do processo geral de envelhecimento da população brasileira. Durante a primeira metade do século XXI, a idade média da PIA aumentará em sete anos, passando de 30, em 2000, para 37 anos, em 2050.

**TABELA 4**

**População em Idade Ativa, Segundo Grupos Etários Quinquêniais, Participação Relativa (%), Total Absoluto e Idade Mediana, Brasil, 2000-2050**

Idade	2000	2010	2020	2030	2040	2050
15 a 19	16,15	12,56	12,11	11,05	10,23	9,85
20 a 24	14,33	13,20	11,43	11,35	10,31	10,07
25 a 29	12,90	13,49	11,00	11,15	10,57	10,16
30 a 34	12,33	11,92	11,53	10,51	10,84	10,24
35 a 39	11,60	10,69	11,76	10,10	10,64	10,47
40 a 44	9,70	10,15	10,33	10,54	9,99	10,71
45 a 49	7,80	9,45	9,18	10,66	9,53	10,45
50 a 54	6,17	7,77	8,59	9,25	9,83	9,71
55 a 59	4,89	6,11	7,83	8,06	9,78	9,13
60 a 64	4,14	4,66	6,25	7,34	8,28	9,21
PIA	110.951.338	130.619.449	147.240.806	158.329.914	164.365.651	164.546.946
Mediana	30,2	32,0	34,2	35,4	36,3	37,1

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A velocidade das mudanças na estrutura etária da PIA, nesta primeira metade do século, pode ser apreendida através das taxas de crescimento dos seus grupos etários componentes (TAB. 5). Já na primeira década deste século, o número de pessoas no grupo etário mais jovem (15 a 19 anos) apresentará taxas negativas de crescimento. No decorrer do século XXI, as taxas negativas se espalham, praticamente, por todos os grupos etários da PIA. Justamente na “diagonal superior da tabela”, onde aparecem os grupos etários constituídos de pessoas filhas de coortes de mulheres mais jovens e com fecundidade rapidamente decrescente é que surgem as taxas negativas. Interessante, somente na “diagonal” inferior, fruto da fecundidade de mulheres de gerações mais velhas, as taxas ainda permanecem positivas.

**TABELA 5**

**Taxa de crescimento anual da População em Idade Ativa, segundo grupos etários quinquêniais, Brasil, 2000-2050 (%)**

Idade	2000-10	2010-20	2020-30	2030-40	2040-50
15 a 19	-0,88	0,83	-0,19	-0,40	-0,37
20 a 24	0,81	-0,24	0,66	-0,58	-0,23
25 a 29	2,10	-0,84	0,86	-0,17	-0,38
30 a 34	1,31	0,87	-0,20	0,69	-0,56
35 a 39	0,82	2,17	-0,79	0,90	-0,14
40 a 44	2,11	1,39	0,93	-0,16	0,71
45 a 49	3,61	0,92	2,24	-0,74	0,94
50 a 54	4,02	2,22	1,48	0,99	-0,11
55 a 59	3,93	3,75	1,03	2,33	-0,68
60 a 64	2,87	4,21	2,37	1,60	1,08
Total	1,65	1,21	0,73	0,37	0,01

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da população em idade ativa, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para a economia (BLOOM; CANNING; SEVILLA, 2003). Essa seria a população que, teoricamente, produz, poupa, investe e contribui com impostos e para a previdência. Em outras palavras, o pressuposto é que os jovens e os idosos, provavelmente, consomem mais do que produzem e a população em idade ativa produz mais do que consome. E isso, em tese, seria mais verdadeiro quanto mais envelhecida a PIA se torna.

Fala-se em tese porque, se as condições demográficas são favoráveis para que essa janela de oportunidade se abra, devem existir políticas públicas que garantam o emprego da mão de obra disponível. Essas políticas proporcionariam uma remuneração proporcional à produtividade do trabalho, a ampliação da mão de obra regulada pela legislação trabalhista, uma política fiscal e previdenciária adequadas, dentro de um contexto de crescimento da economia. Caso a economia esteja estagnada ou com um crescimento baixo, predomine a informalidade no mercado e as políticas públicas mantenham fortes desequilíbrios fiscais e previdenciários, as janelas de oportunidades demográficas podem passar despercebidas. No caso brasileiro, tanto a PIA crescerá até 2050, quanto aumentará a sua idade mediana, porém as políticas públicas não têm aproveitado essas possibilidades demográficas. Mais adiante, esse tema será novamente analisado.

### **As relações intergeracionais e as políticas públicas**

A razão de dependência demográfica parte do pressuposto que a população jovem, 0 a 14 anos, e a idosa, 65 anos e mais, podem ser consideradas dependentes da população em idade ativa, 15 a 64 anos. Ainda que os limites etários dos diferentes grupos possam ser contestados como arbitrários, trata-se de uma aproximação razoável e reconhecida internacionalmente. A razão de dependência total (RDT) seria a proporção dos jovens mais os idosos, os dependentes, em relação à PIA. Os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produziria mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações. A RDT pode ser desdobrada em seus componentes: razão de dependência dos jovens (RDJ) e a dos idosos (RDI). A primeira seria a proporção dos jovens em relação a PIA e a segunda a dos idosos (TAB. 6).

Até 1970, antes do declínio acelerado e generalizado da fecundidade, a RDT tinha valores extremamente altos. Em 1960, por exemplo, o seu valor era de 83%, isto é, para cada 100 pessoas na PIA havia 83 jovens e idosos. Mais especificamente, observando a RDJ e a RDI, para cada 100 pessoas na PIA havia 78 jovens e cinco idosos. De fato, a grande “carga” para a PIA era os jovens. Não se poderia esperar outra coisa de um país, naquele momento, com uma fecundidade alta, um crescimento acelerado da população. Por isso, contava com 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos. Um outro indicador das relações intergeracionais é o índice de idosos, isto é, a proporção dos idosos em relação aos jovens. Em 1960, o seu valor era de 6,4 idosos para cada 100 jovens. O que só confirma a situação da população brasileira na época, jovem, com 50% da sua população com menos de 19 anos de idade. No final do século passado, a RDT já tinha baixado para 54%, mesmo assim ainda mantendo um grande peso dos jovens.

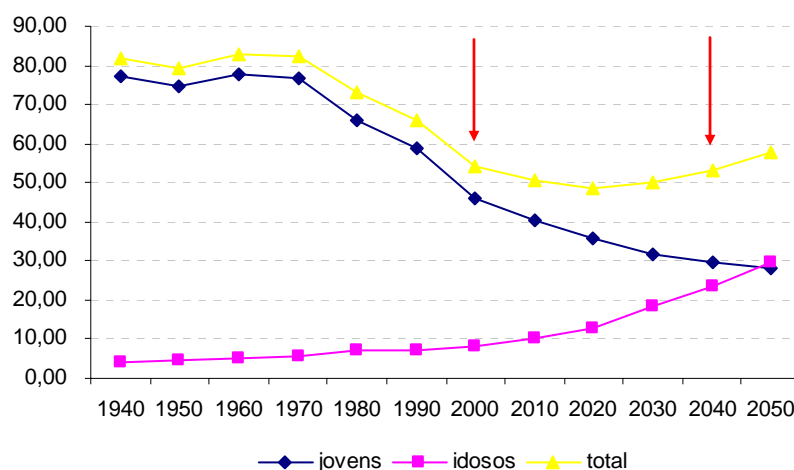
**TABELA 6**  
**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos (%), Índice de Idosos e Idade Mediana, Brasil, 1950-2050**

Período	Razão de Dependência			Índice de Idosos	Idade Mediana
	Total	Jovens	Idosos		
1950	79,06	74,70	4,36	5,83	19,2
1960	82,95	77,95	5,00	6,41	18,6
1970	82,33	76,60	5,73	7,48	18,6
1980	73,04	66,10	6,94	10,49	20,3
1990	65,81	58,58	7,23	12,34	22,5
2000	54,37	45,97	8,41	18,28	25,3
2010	50,69	40,59	10,10	24,88	28,5
2020	48,79	35,80	12,99	36,28	31,9
2030	50,15	31,93	18,22	57,08	34,7
2040	52,96	29,58	23,39	79,08	37,6
2050	57,87	28,15	29,72	105,56	40,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

A razão de dependência total, na segunda metade do século passado, diminuiu em 31%, devido à queda da razão dos jovens, apesar do grande aumento relativo da dos idosos. Este resultado, aparentemente contraditório, se deve ao fato de que, em 1950, essa última era extremamente baixa, 4,4. Já na primeira metade deste século, a RDT permanecerá bem estável, entre 49 e 57%, mudando, no entanto, profundamente a sua composição. Enquanto em 2000 a razão de dependência dos jovens era quase 6 vezes maior do que a dos idosos, em 2050 as duas razões de dependência serão praticamente iguais, entre 28 e 30% (GRAF. 15).

**GRÁFICO 15**  
**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos, Brasil, 1940-2050 (%)**



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970; IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.

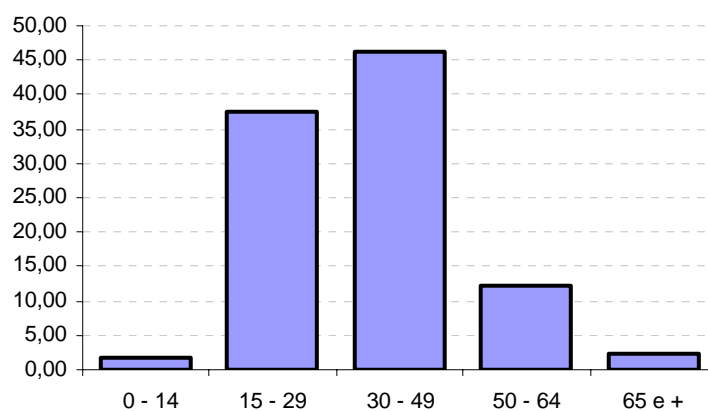
Os demógrafos têm chamado atenção para as oportunidades demográficas que poderiam ser usufruídas pela sociedade e pela economia no período entre 2010 e 2030, quando a RD total alcançará seus menores valores, em torno de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens (GUZMÁN, 2006). Ter-se-ia, para cada 100 pessoas em idade ativa, apenas cinquenta jovens e idosos, com preponderância dos jovens. Em outras palavras, as transferências intergeracionais seriam favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. Poderia ser estabelecido um intervalo, onde os dividendos demográficos seriam mais favoráveis: 2000 a 2040. No caso, incorporando dois momentos quando a RDT era, aproximadamente, de 54%, no limite inferior, e será, provavelmente, de 53% no limite superior. No caso extremo superior do intervalo, 2040, com a RD total de 54%, ter-se-ia 1,08 dependente para cada duas pessoas potencialmente produtivas. Situação plenamente satisfatória do ponto de vista da dependência demográfica.

Mencionou-se que a definição da população em idade ativa, assim como a dos jovens e idosos, é estritamente demográfica. Será feito um exercício, com os dados do Censo de 2000, verificando quem são aqueles que estão ocupados ou não e, no caso da previdência social, quais são os ocupados que contribuem ou não. Pode-se, desse modo, ter uma visão mais realista e abrir caminhos analíticos para posteriores desenvolvimentos.

Para simplificar a análise dos ocupados e dos contribuintes, segundo a estrutura etária, serão utilizados os três grandes grupos etários, os jovens, a população em idade ativa e os idosos. A PIA será subdividida em três grupos: 15 a 29; 30 a 49 e 50 a 64 anos.

A definição estritamente demográfica não está, logicamente, tão distante da realidade. Entre os ocupados, em 2000, 96% encontravam-se entre 15 e 64 anos, sendo o grupo modal o de 30-49 anos (GRAF. 16). As pessoas neste grupo, mais aquelas de 15-29 anos, os jovens da PIA, correspondiam a 84% dos ocupados. A faixa mais madura da PIA contribuiu somente com 12% dos ocupados. Apenas 4% dos ocupados tinham menos de 15 anos (1,7%) ou 65 e mais anos de idade (2,3%).

**GRÁFICO 16**  
**Distribuição da população ocupada, segundo grupos etários, Brasil, 2000 (%)**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Em 2000, os jovens ocupados, fora da PIA (menos de 15 anos de idade) concentravam-se entre os que não são remunerados, quase 40%, e os empregados sem carteira, 28%, num total de 68%. Entre as outras posições destacavam-se os trabalhadores domésticos sem carteira e os conta própria. No grupo dos idosos (65 anos e mais) predominavam os conta própria e os empregados, com ou sem carteira. Entre os pertencentes à PIA, nos três grandes grupos, 80 a 85% se concentram na categoria de empregados ou conta própria (TAB. 7).

**TABELA 7**  
**População ocupada, segundo posição na ocupação e grupos etários, participação relativa (%) e total absoluto, 2000**

Posição na ocupação	Grupos etários					
	0 - 14	15 - 29	30 - 49	50 - 64	65 e +	Total
Trabalhador doméstico com carteira	0,15	2,10	2,62	2,05	1,04	2,27
Trabalhador doméstico sem carteira	8,70	6,53	4,78	3,92	3,53	5,37
Empregado com carteira	1,08	37,97	36,33	23,74	10,00	34,19
Empregado sem carteira	27,67	29,58	21,66	19,40	15,20	24,31
Empregador	0,00	1,05	3,80	4,90	6,02	2,89
Conta própria	10,70	14,65	26,34	37,19	45,65	23,46
Aprendiz ou estagiário	3,27	0,81	0,12	0,11	0,22	0,44
Não remunerado, em ajuda	38,63	5,00	2,12	2,97	3,72	3,98
Trabalhador para o próprio consumo	9,80	2,30	2,23	5,71	14,63	3,10
Total	1.142.438	24.621.445	30.288.327	8.094.269	1.483.413	65.629.892

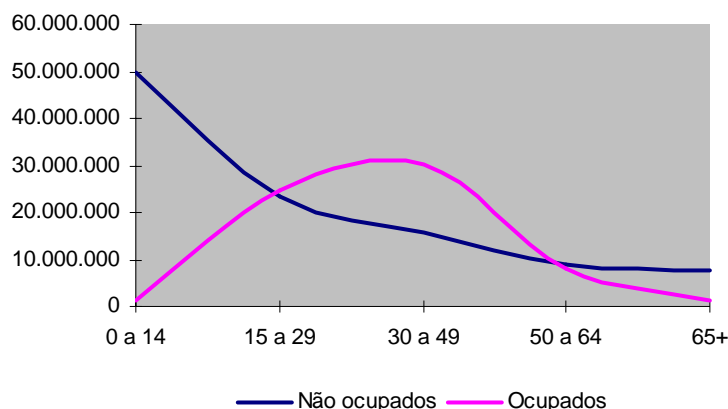
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Considerando a população ocupada em relação à não ocupada, em termos absolutos, nota-se que a curva dos ocupados supera a dos não ocupados entre 15 e 29 anos, ou seja, nas idades que compõem a PIA jovem (GRAF. 17). Os não ocupados formam uma curva decrescente com a idade. Na PIA, situavam-se 63 milhões de pessoas ocupadas. Este contingente, somado ao pequeno número dos ocupados nos grupos de jovens e idosos fora da PIA, perfaz um total de 66 milhões de pessoas ocupadas, no Brasil, em 2000.

Este exercício sugere que a dimensão da PIA pode se constituir em um grande benefício demográfico. Nela se situa a grande e imensa maioria dos que trabalham, geram receita, em tese, produzem mais do que consomem e, ainda, transferem renda através de impostos e contribuições. Além, é claro, da transferência de renda intrafamiliar. Podem, também, gerar maior poupança e, por hipótese, quanto mais envelhecida for a PIA, maior será a sua capacidade de poupança acumulada. O que não significa, necessariamente, no caso do Brasil, que essa poupança se transforme em capital produtivo gerador de riqueza transferida socialmente (QUEIROZ; TURRA; PEREZ, 2006).



**GRÁFICO 17**  
**População total ocupada e não ocupada, segundo os grupos etários,**  
**Brasil, 2000**

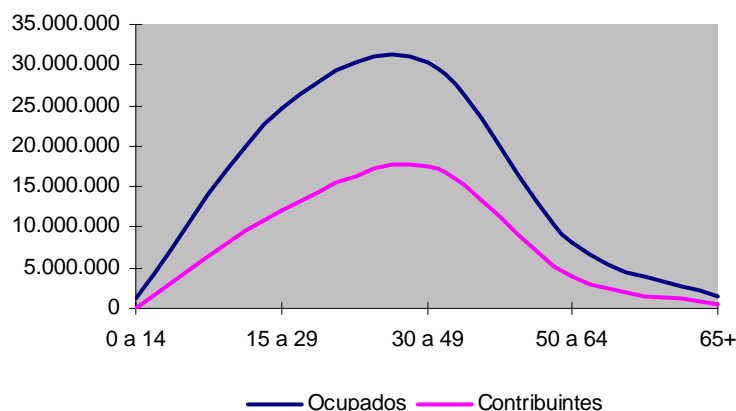


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Pode-se pensar, prosseguindo no exercício, numa razão de dependência mais restrita do que a demográfica, quando se consideraria, em todas as idades, os não ocupados como dependentes dos ocupados. Ela seria, em porcentagem, 161%, ou seja, para cada cem pessoas ocupadas ter-se-ia 161 não ocupadas.

Entre os ocupados, a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, representava um pouco mais da sua metade, 52% (GRAF. 18). A quase totalidade dos contribuintes está dentro da PIA, com uma grande concentração no grupo de 30 a 49 anos, 52%, e no grupo de 15 a 29, com 35%. O outro grupo etário dos contribuintes, dentro da PIA, 50 a 64 anos, é responsável por apenas 12%. Em termos absolutos, o formato das duas curvas é semelhante, ficando, logicamente, a de contribuintes mais abaixo. A modalidade permanece no grupo de 30 a 49 anos.

**GRÁFICO 18**  
**População total ocupada e contribuinte, segundo grupos etários,**  
**Brasil, 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A relação entre a população ocupada e a população total, segundo cada um dos grupos etários, mostra que na faixa modal, 30 a 49 anos, a proporção de ocupados é de 66%. Nos dois outros grupos da PIA, a proporção é próxima da metade: o grupo de 15 a 29 anos, 51%, e o de 50 a 64 anos, 48% (GRAF. 74).

A curva de contribuintes sobre os ocupados, em cada grupo etário, tem, com seria previsível a participação modal do grupo de 30 a 49 anos (GRAF. 18). Essa relação é sempre inferior a dos ocupados sobre os não ocupados, com exceção da população acima de 50 anos, quando ela é maior. Poderíamos calcular uma outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não contribuintes: para cada 100 contribuintes, em todos os grupos etários, ter-se-ia 506 não contribuintes.

Levando em conta a população contribuinte da previdência social, 34 milhões em 2000, poderíamos calcular uma outra razão de dependência baseada na relação entre contribuintes e não-contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes em todos os grupos etários, ter-se-iam 506 não-contribuintes. Uma relação completamente adversa para o sistema de seguridade social. Sem aumentar o número de contribuintes, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho formal, maiores serão os encargos fiscais necessários para financiar as políticas de transferência.

A razão de dependência total, assim como o Índice dos Idosos, variam entre os estados e regiões, segundo os seus diferentes momentos na transição demográfica. A diferença entre a maior RD total (Nordeste Setentrional) e a menor (São Paulo) chega a vinte e duas pessoas para cada 100 indivíduos em idade ativa (TAB. 8).

**TABELA 8**  
**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos,**  
**segundo regiões e alguns estados, Brasil, 2000**

Regiões e alguns estados	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
Norte	69,25	63,10	6,16	9,76
NE Setentrional	70,08	61,34	8,74	14,26
NE Central	62,91	52,84	10,07	19,06
NE Meridional	60,94	51,82	9,12	17,61
Minas Gerais	52,85	43,39	9,47	21,82
Espírito Santo	52,04	43,63	8,41	19,26
Rio de Janeiro	48,36	37,32	11,05	29,60
São Paulo	47,98	38,94	9,04	23,22
Paraná	52,33	43,76	8,57	19,59
Extremo Sul	50,05	40,20	9,85	24,50
Centro Oeste	51,93	45,47	6,46	14,21
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

As medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de idosos, estão altamente correlacionados aos níveis de renda *per capita* familiar. A razão de dependência total, no Brasil, dos dois subgrupos populacionais mais pobres, isto é, com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, era superior, em 2000, à média nacional. Nos demais subgrupos, inferior. No grupo mais pobre, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 82 dependentes. Entre os mais ricos, aqueles com cinco ou mais salários mínimos de renda familiar per capita, havia em torno de 32 pessoas dependentes, uma diferença, para menos, de cerca de 50 dependentes, em relação aos grupos mais pobres (TAB. 9).

**TABELA 9**  
**Razão de Dependência Total, de Jovens e de Idosos e Índice de Idosos,**  
**segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos, Brasil, 2000**

Renda Familiar Per Capita (em salários mínimos)	Razão de Dependência			Índice de Idosos
	Total	Jovens	Idosos	
0 a 0,5	82,17	76,23	5,94	7,79
0,5 a 1	59,93	47,57	12,36	25,98
1 a 2	43,12	34,29	8,83	25,76
2 a 3	35,51	26,31	9,20	34,97
3 a 5	34,13	24,47	9,66	39,47
5 a 10	32,26	21,80	10,45	47,95
10 +	30,89	16,86	14,03	83,25
Brasil	54,37	45,97	8,41	18,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

A razão de dependência dos jovens apresentou-se, em 2000, rapidamente decrescente à medida que a renda familiar per capita aumenta. Entre aqueles com renda familiar *per capita* acima de 10 salários mínimos, a razão de dependência era de 17 por 100, ou seja, 59 dependentes jovens a menos, para cada conjunto de 100 indivíduos em idade ativa, do que na população mais pobre (aquela com até um salário mínimo de renda familiar *per capita*).

Ao contrario da RDJ, razão de dependência dos idosos (RDI) é crescente com a renda. Entre os mais ricos, chegava, em 2000, a 14 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa, 2,4 vezes maior do que entre os mais pobres. O outro indicador ligado às relações intergeracionais, o índice de idosos, que, em 2000, se mostrou crescente com a renda. Aqueles com renda entre cinco e dez salários mínimos tinham um índice de idosos bastante alto, com quase um idoso para cada dois jovens. Notável, no grupo dos mais ricos, que o número de idosos já se aproximasse bastante daquele dos jovens, com um índice de 83.

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar per capita mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a “desigualdades demográficas” maiores do que aquelas observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nas suas diferentes etapas, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração, é que as políticas públicas, com o objetivo de justiça social, poderão bem aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados por essa mesma transição demográfica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOOM, DAVID E.; CANNING, DAVID; SEVILLA, JAYPEE. Demographic transitions and the “demographic dividend”. In: BLOOM, David E.; CANNING, David; SEVILLA, Jaypee. **The demographic dividend: a new perspective on the economic consequences of population change**. Santa Monica, Calif.: Rand, 2003.
- BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno. Somos um país de jovens? Mitos e realidade do perfil demográfico brasileiro. In: ALBUQUERQUE, Edu (org). **Que país é esse?** Editora Globo, 2006.
- CONVÊNIO CEDEPLAR/MDS. Projeto de avaliação do benefício de prestação continuada (BPC), Relatório Final, 2006.
- GUZMÁN, JOSÉ MIGUEL. Transición demográfica, bono demográfico, envejecimiento y transferencias intergeneracionales. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2, Guadalajara, 2006. **La demografía latinoamericana del siglo XXI: desafíos, oportunidades e prioridades**. Guadalajara: Asociación Latinoamericana de Población, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: Arbeit, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2004.
- QUEIROZ, Bernardo Lanza; TURRA, Cássio Maldonado; PEREZ, Elisenda Renteria. The opportunities we cannot forget: economic consequences of population changes in Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, 2006. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos de População, 2006.
- TURRA, Cássio M.; QUEIROZ, Bernardo L. **Before it's too late: demographic transition, labour supply and social security problems in Brazil**. United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Divisão de População. México, 2005.
- WONG, LAURA LÍDIA; CARVALHO, JOSÉ ALBERTO MAGNO. O rápido processo de envelhecimento do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v.23, n.1. São Paulo: Rebec, 2006.